

ARBITRAGEM E PROCESSO ARBITRAL

EM E PROCESSO ARBITRAGEM

BITRAGEM E PROCESSO ARBI

SUMÁRIO

À Guisa de Introdução

1	Vinte e seis anos de vigência da Lei de Arbitragem.....	1
2	Obstáculos à utilização da arbitragem antes da Lei nº 9.307/1996.....	4
3	O anteprojeto de lei de 1981	5
4	O anteprojeto de lei de 1986	6
5	O anteprojeto de lei de 1988	7
6	<i>A Operação Arbitral</i>	8
7	Orientação do anteprojeto que se converteu em lei: questões prévias.....	9
8	A tramitação do projeto de lei no Congresso Nacional	11
9	Estrutura da Lei de Arbitragem.....	12
10	Autonomia privada	13
11	Convenção de arbitragem	14
12	Cláusula compromissória.....	15
13	Execução específica da cláusula compromissória.....	16
14	Competência do árbitro	16
15	Compromisso arbitral: elementos indispensáveis.....	17
16	Elementos facultativos do compromisso arbitral.....	18
17	Extinção do compromisso arbitral.....	19
18	O árbitro	20
19	Procedimento arbitral.....	21

20	Sentença arbitral.....	22
21	“Embargos de declaração”	23
22	Jurisdição da arbitragem	23
23	Nulidade da sentença arbitral.....	24
24	Impugnação da sentença arbitral	25
25	Reconhecimento e execução das sentenças arbitrais estrangeiras.....	25
26	Disposições finais.....	26
27	Reforma da Lei de Arbitragem	26

Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996

CAPÍTULO I Disposições gerais

Artigo 1º		29
1 Arbitragem: conceito		29
2 Cláusula arbitral escalonada		32
3 Arbitragem obrigatória.....		35
4 Capacidade de contratar.....		38
5 Direito patrimonial disponível		41
6 Direito do trabalho.....		42
7 O Estado e a arbitragem		50
8 A administração pública na arbitragem: globalização?.....		59
9 Quem representa a administração pública?.....		68
10 Relações de consumo		71
11 Arbitragem na recuperação de empresas		73
12 Parcerias público-privadas.....		74
13 Coisa julgada.....		76
14 Natureza da tutela pretendida: o pedido imediato.....		76
15 “Dirimir litígio”: ação probatória autônoma		78
Artigo 2º		86
1 Autonomia privada		86
2 Equidade.....		87
3 A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (art. 9º)		89
4 Bons costumes		90
5 Ordem pública		90
6 Princípios gerais de direito.....		92
7 Usos e costumes.....		93
8 <i>Lex mercatoria</i>		94
9 Administração pública e julgamento segundo as regras do direito		95
10 Publicidade nas arbitragens de que participa a administração pública		96

CAPÍTULO II
Da Convenção de Arbitragem e seus Efeitos

Artigo 3º	101
1 Convenção de arbitragem	101
2 Efeitos da convenção de arbitragem	102
3 Direito intertemporal: mais duas palavras sobre os efeitos da convenção de arbitragem	103
4 “Extensão subjetiva” da convenção de arbitragem.....	105
5 Extensão objetiva da convenção de arbitragem	108
6 Administração pública e novos requisitos da convenção arbitral	110
7 Extinção da convenção arbitral por insuficiência econômica superveniente	111
Artigo 4º	117
1 Ausência de tratamento legislativo da cláusula compromissória antes da Lei de Arbitragem	117
2 Pacto de Genebra	118
3 Convenção de Nova Iorque.....	120
4 Convenção interamericana sobre arbitragem comercial internacional (Convenção do Panamá)	121
5 Natureza jurídica da cláusula compromissória	122
6 Requisitos da cláusula arbitral	125
7 Contratos de adesão.....	127
8 Contratos eletrônicos e cláusula compromissória	129
9 Cláusula compromissória e testamento.....	130
10 A cláusula compromissória nos contratos societários	132
11 Cláusulas arbitrais patológicas	134
12 Cláusula compromissória e eleição de foro	136
13 Cláusula compromissória assimétrica	143
Artigo 5º	149
1 Órgãos arbitrais institucionais.....	149
2 Instituições de caráter científico.....	150
3 Órgãos arbitrais institucionais brasileiros.....	151
4 Órgãos arbitrais institucionais internacionais.....	154
5 Controle e fiscalização dos órgãos arbitrais institucionais	156
6 Regras para a instituição da arbitragem	158
7 Modelos de cláusulas arbitrais: as sugestões dos órgãos arbitrais institucionais	160
Artigo 6º	163
1 Cláusula arbitral vazia	163
2 Firmar compromisso arbitral?.....	164
3 Falta de acordo e recurso ao Poder Judiciário.....	165
4 Intervenção judicial	166

Artigo 7º	171
1 Execução específica: sentença substitutiva da vontade da parte.....	171
2 Execução específica da cláusula compromissória.....	173
3 Procedimento.....	175
4 Consequências do comportamento do réu no processo.....	177
5 Sentença e seus efeitos.....	179
6 Indicação de órgão arbitral institucional na sentença.....	181
7 Execução da cláusula compromissória em face de órgão arbitral institucional.....	181
Artigo 8º	185
1 Autonomia da cláusula compromissória.....	185
2 Competência do árbitro para analisar a existência, validade e eficácia da convenção de arbitragem.....	186
3 Conflito de competência: intervenção do STJ.....	190
Artigo 9º	195
1 Conceito de compromisso. Compromisso como contrato.....	195
2 Compromisso e transação.....	198
3 O compromisso na visão de alguns comentaristas do Código de Processo Civil de 1973.....	198
4 O compromisso como negócio jurídico processual.....	199
5 Compromisso arbitral judicial.....	200
6 Compromisso arbitral extrajudicial.....	200
7 Processo em curso e compromisso arbitral.....	201
8 Formalismo: necessidade de superação.....	202
9 Instauração da arbitragem.....	203
Artigo 10	206
1 Elementos essenciais do compromisso arbitral.....	206
2 Qualificação das partes.....	206
3 Qualificação dos árbitros.....	208
4 Matéria que será objeto da arbitragem.....	209
5 Local em que será proferido o laudo.....	211
6 “ <i>Dépeçage</i> ”: locais diversos para proferir decisões.....	212
Artigo 11	215
1 Local da arbitragem.....	215
2 Autorização para julgar por equidade.....	217
3 Prazo para apresentação da sentença arbitral.....	218
4 Lei aplicável à arbitragem. Regras corporativas.....	219
5 Honorários advocatícios e despesas da arbitragem.....	219
6 Honorários dos árbitros.....	221
7 Idioma em que se processará a arbitragem.....	223

Artigo 12	226
1 Árbitros insubstituíveis e extinção do compromisso arbitral.....	226
2 Prazo para proferir o laudo e extinção do compromisso.....	227
 CAPÍTULO III Dos árbitros 	
Artigo 13	231
1 Árbitro, arbitrador e compositor amigável.....	231
2 Capacidade para ser árbitro.....	233
3 Pode o juiz togado ser árbitro?.....	234
4 Membros do Ministério Público, da Advocacia-geral da União e Procuradores dos Estados podem ser árbitros?.....	235
5 Número ímpar de árbitros.....	236
6 Árbitros suplentes.....	237
7 O processo de escolha dos árbitros.....	238
8 A escolha do presidente.....	239
9 Lista de árbitros.....	241
10 O secretário.....	243
11 Imparcialidade.....	245
12 Códigos de ética.....	247
13 Independência.....	248
14 Competência.....	249
15 Diligência.....	250
16 Discrição.....	251
17 Adiantamento de verbas.....	252
Artigo 14	256
1 Impedimento e suspeição.....	256
2 Dever de revelação.....	259
3 Recusa do árbitro.....	262
Artigo 15	265
1 Exceção de impedimento e suspeição.....	265
2 Forma da exceção e competência do tribunal arbitral para decisão.....	266
3 Acolhimento da exceção.....	267
Artigo 16	268
1 Árbitro substituto (ou suplente) indicado na convenção de arbitragem.....	268
2 Árbitro substituto não indicado diretamente na convenção de arbitragem.....	269
3 Impasse para a nomeação de substituto.....	269
Artigo 17	270
1 Responsabilidade civil do árbitro.....	270
2 Responsabilidade criminal do árbitro.....	273

Art. 18	275
1 Juiz de fato e de direito	275
2 Recurso	276
3 Fim do processo de homologação.....	277
4 Sistemas de controle judicial das sentenças arbitrais.....	278
5 Natureza jurídica da homologação: alguns argumentos sobre a jurisdicionalidade da arbitragem.....	279

CAPÍTULO IV Do Procedimento Arbitral

Artigo 19	283
1 Instituição da arbitragem	283
2 <i>Terms of reference</i>	284
3 Recusa de uma das partes em assinar o termo de arbitragem.....	285
4 Prescrição	286
Artigo 20	288
1 Preclusão?.....	288
2 Suspeição e impedimento.....	289
3 Incompetência do órgão arbitral. Defeito da convenção de arbitragem.....	290
Artigo 21	293
1 A escolha do procedimento arbitral	293
2 Da teoria à prática: as escolhas das partes.....	296
3 Procedimento <i>on-line</i>	297
4 Exotismo ou novas tendências em matéria de procedimento arbitral?	298
5 Princípios do processo arbitral.....	299
6 Inteligência artificial e livre convencimento do árbitro	304
7 O advogado na arbitragem.....	305
8 Conciliação.....	308
9 Intervenção de terceiros	309
Artigo 22	316
1 Poderes instrutórios do árbitro	316
2 Audiência de organização do procedimento	317
3 Limitações aos poderes instrutórios	318
4 Adiantamento de despesas.....	319
5 Forma de produção das provas.....	320
6 Perito do tribunal e peritos das partes.....	320
7 <i>Sachs protocol</i>	322
8 Ordem de produção das provas.....	323
9 Depoimento das partes.....	324

10	Testemunhas	325
11	<i>Expert witnesses</i> (testemunhas técnicas)	326
12	<i>Witness Statements</i> (depoimento testemunhal escrito).....	327
13	Revelia.....	329
14	Repetição de provas	330

CAPÍTULO IV-A
Das Tutelas Cautelares e de Urgência

Artigo 22-A	335
1 Breve histórico	335
2 Medidas de urgência antecedentes.....	338
3 Medidas cautelares antecedentes.....	339
4 Tutela antecipada antecedente	339
5 Medidas de urgência durante a arbitragem: hipótese excepcional	341
6 Árbitro de emergência	341
7 Tutela da evidência.....	343
Artigo 22-B	346
1 Provisoriedade da medida de urgência	346
2 Reafirmação da competência dos árbitros para tutela de urgência	347

CAPÍTULO IV-B
Da Carta Arbitral

Artigo 22-C	349
1 Antes de 2015.....	349
2 Criação da carta arbitral.....	350
3 Forma e cumprimento da carta arbitral	350
4 Sigilo.....	351

CAPÍTULO V
Da Sentença Arbitral

Artigo 23	353
1 Sentença.....	353
2 Terminologia: sentença arbitral <i>versus</i> laudo arbitral	354
3 Prazo convencional para apresentar a sentença arbitral	357
4 Prazo legal para apresentação da sentença arbitral.....	359
5 Noção de sentença arbitral parcial.....	360
6 Sentença parcial: um pouco de história	363
7 Sentença arbitral parcial: direito estrangeiro.....	366
8 Vantagens e desvantagens da sentença arbitral parcial	370
9 Prazo para proferir sentença arbitral parcial	371

Artigo 24	373
1 Documento escrito.....	373
2 Decisão majoritária.....	373
3 Voto de Minerva.....	375
4 Declaração de voto vencido.....	375
5 Declaração de voto vencedor.....	377
6 Declaração de voto vencido (ou vencedor) em decisão interlocutória.....	377
Artigo 25 (Revogado pela Lei nº 13.129 de 2015)	378
1 Questão prejudicial: revogação de um dispositivo desnecessário.....	378
2 Fim de uma era.....	379
Artigo 26	381
1 Requisitos essenciais da sentença arbitral.....	381
2 O modelo de sentença do art. 489 do Código de Processo Civil de 2015: inaplicabilidade à arbitragem.....	382
3 Relatório.....	383
4 Motivação.....	383
5 Dispositivo.....	384
6 Data e lugar em que a sentença foi proferida.....	385
Artigo 27	387
1 Custas e despesas com a arbitragem.....	387
2 Honorários advocatícios.....	388
3 Litigância de má-fé.....	391
Artigo 28	392
1 Acordo das partes.....	392
2 Forma da sentença arbitral homologatória.....	393
3 Não homologação de acordo.....	393
Artigo 29	396
1 Término do processo arbitral.....	396
2 O cumprimento da sentença arbitral.....	397
Artigo 30	399
1 Correção da sentença arbitral.....	399
2 Erro material.....	399
3 Obscuridade.....	401
4 Contradição.....	401
5 Omissão.....	402
6 Dúvida.....	402
7 Procedimento.....	403
8 Prazos.....	404
Artigo 31	405
1 Constituição e arbitragem.....	405

2	Os efeitos da sentença arbitral	408
3	Originais e cópias	410
4	Ordem de citação do devedor: cumprimento da sentença arbitral condenatória	410
Artigo 32	412
1	Nulidade ou anulabilidade?	412
2	Nulidade da convenção de arbitragem	414
3	Sentença arbitral proferida por quem não podia ser árbitro	415
4	Falta dos requisitos obrigatórios da sentença arbitral	416
5	Sentença arbitral proferida fora dos limites da convenção de arbitragem	418
6	Sentença arbitral que não decide todo o litígio	420
7	Prevaricação, concussão ou corrupção passiva	420
8	Sentença arbitral proferida fora do prazo	421
9	Desrespeito aos princípios que garantem o devido processo legal	422
10	Violação da ordem pública	423
Artigo 33	432
1	Irrenunciabilidade do direito de propor demanda anulatória	432
2	Objetivo da demanda anulatória	433
3	Anulação e devolução do processo aos árbitros	434
4	Anulação parcial da sentença arbitral	435
5	Procedimento da ação de anulação	435
6	A impugnação ao cumprimento de sentença	438
7	Anulação das sentenças parciais	439
8	Cumprimento das sentenças parciais	440
9	Sentença arbitral complementar	441
CAPÍTULO VI		
Do Reconhecimento e Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras		
Artigo 34	445
1	Reconhecimento da sentença arbitral estrangeira	445
2	Sentença arbitral doméstica e estrangeira	447
Artigo 35	450
1	A competência do Superior Tribunal de Justiça	450
2	Caráter restritivo do dispositivo legal	454
Artigo 36	456
1	Nova remissão	456
2	Medidas de urgência	457
3	Juízo competente para o cumprimento da decisão estrangeira	457
Artigo 37	461
1	Petição inicial	461

2	Documentos essenciais.....	462
3	Procedimento.....	463
Artigo 38	466
1	A Convenção de Nova Iorque (1958) e as hipóteses de rejeição do pedido de homologação	466
2	Incapacidade das partes.....	467
3	Invalidez da convenção de arbitragem.....	470
4	Falta de notificação e cerceamento de defesa	471
5	Sentenças <i>extra petita</i> e <i>ultra petita</i>	472
6	Constituição do tribunal arbitral em desconformidade com o pactuado	473
7	Sentença ainda não obrigatória, anulada ou suspensa	474
8	Homologação de sentença anulada no local em que foi proferida	475
Artigo 39	477
1	Os direitos patrimoniais disponíveis e os laudos arbitrais estrangeiros	477
2	Ordem pública internacional.....	477
3	Citação e ordem pública.....	480
Artigo 40	482
1	Extinção do processo sem julgamento de mérito	482
2	Renovação do pedido	483
 CAPÍTULO VII Disposições Finais 		
Artigo 41	485
1	Adaptações ao Código de Processo Civil de 1973	485
2	Alteração do art. 267, VII, do Código de Processo Civil de 1973.....	486
3	O art. 301, IX, do Código de Processo Civil.....	486
4	Um equívoco: a alteração do art. 584, III, e a reforma do Código de Processo Civil de 1973.....	487
Artigo 42	490
1	O art. 520 do velho Código passa a ser o art. 1.012 do atual Código.....	490
2	Suspensão dos efeitos da sentença	491
Artigo 43	492
1	<i>Vacatio legis</i>	492
2	Direito intertemporal.....	492
Artigo 44	493
1	Revogação do Código Civil de 1916 e do Código de Processo Civil de 1973 em matéria de arbitragem.....	493
2	O art. 51, VII, do Código de Defesa do Consumidor.....	493
Bibliografia	497
Índice Remissivo	519